



DESTAQUES

Relatório da OMS orienta países membros a qualificar taxaço de tabaco

Visando orientar e qualificar todos os Estados Membros da OMS sobre taxaço e cobranças adequadas de impostos sobre os produtos de tabaco, a OMS lançou o Relatório sobre a Epidemia Global do Tabaco, 2015, o quinto de uma série sobre a extensão da epidemia do tabaco. O lançamento foi realizado em Manila, Filipinas, na primeira semana de julho.

Ainda que 33 países mantenham impostos que representam mais de 75% do preço de um maço de cigarros no varejo, muitos países ainda trabalham com taxas extremamente baixas, e alguns países sequer dispõem de impostos sobre produtos de tabaco.

"Aumentar os impostos sobre os produtos do tabaco é um das mais eficazes - e de baixo custo - maneiras de reduzir o consumo desses produtos e, ao mesmo tempo, gerar receitas substanciais", argumentou Margaret Chan, Diretora Geral da OMS.

Presentes no lançamento, Shin Young-soo, Diretor Regional da OMS para o Pacífico Ocidental, funcionários graduados do Governo das Filipinas, Patricio Marquez, Especialista em Saúde, Saúde, Nutrição e Prática Global de População, do Banco Mundial, e Douglas Bettcher, diretor da Prevenção de Doenças Não Transmissíveis da OMS.

Fonte: OMS – Edição: SE-Conicq

<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2015/taxing-tobacco-products/en/>

BRASIL

Criação da Cide-Tabaco volta a se fortalecer no Congresso

No momento em que o governo debate ajuste fiscal, fórmulas que busquem sustentabilidade econômica para políticas de saúde vêm se fortalecendo no legislativo federal.

Entre as propostas, a que trata do financiamento do tratamento de doenças tabaco-relacionadas, que tramita na Câmara dos Deputados - o Projeto de Lei Complementar (PLP 4/2015) - de autoria do Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), que cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre fabricação ou importação de tabaco e seus derivados para o custeio do tratamento aos doentes vítimas do tabagismo.

Entre os desafios para aprovar a Cide-Tabaco, Molon terá que convencer o legislativo que o novo projeto supera o anterior, PLP nº 139, de 2000, de autoria da deputada Luci Choinacki, que obteve parecer contrário do deputado Mussi Demos, relator do PL em 2004, que se opôs a uma nova tributação do setor.

Outros Projetos de Lei criando a Cide-Tabaco também foram rejeitados, caso do PL 934/03, de Lupércio Miranda, cuja proposta de alíquota seria de 10%, e o PL 5232/05, do deputado Amauri Gasques (PL-SP), com 3% sobre o valor de comercialização dos produtos com tabaco.

Em 2007, a criação de uma Cide para o tabaco foi apoiada pelo governo, em conjunto com os ministérios da Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com o apoio sindical da Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Três Estados do Sul.

Na época, o coordenador da Fetraf-Sul para o RS, Ari Pertuzatti disse que “a decisão política de criar uma contribuição das empresas fumageiras para formar o Fundo do Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo, representa uma perspectiva concreta de implantação de alternativas para os fumicultores interessados em abandonar a atividade”.

Fonte: SE-Conicq

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Agricultores gaúchos sofrem com alto custo da produção de tabaco

Uma propriedade reduziu em 50% o espaço dedicado ao cultivo do tabaco. Além do alto custo, valor do produto no mercado diminuiu.

O ano de 2015 tem sido de contrastes para a fumicultura gaúcha. No campo, o produtor enfrenta uma negociação dura e, em alguns casos, preços que não cobrem os custos da produção. Já na indústria, a situação é diferente. O setor fumageiro se recupera com as exportações, como mostra a reportagem do Campo e Lavoura, da RBS.

Uma propriedade no município de Vale do Sol, na Região dos Vales, é exemplo das dificuldades que o setor tem passado.

Nos últimos três anos, o agricultor Selbino Muller reduziu em 50% o espaço dedicado ao cultivo do tabaco. O plantio da soja foi a alternativa que o proprietário encontrou para

economizar. Selbino decidiu reduzir o plantio após o valor do produto no mercado diminuir e custo da produção aumentar.

“No ano passado fizemos uma média tão boa, ficamos faceiros. E esse ano vendemos menos”, aponta.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sobre o perfil da competitividade no país aponta que o tabaco é o setor mais exposto à carga tributária. Aliado à desvalorização do real em relação ao dólar e ao aumento da produção de fumo na China, o agricultor brasileiro recebe menos pelo produto.

“Não adianta nós deixarmos o agricultor produzir e receber preços menores. Há duas safras nós tínhamos uma média de R\$ 7,51 e hoje estamos em uma média de R\$ 7,40”, diz o presidente da Afubra, Benício Werner.

Se no campo o ano foi ruim, a indústria não pode reclamar. A exportação do tabaco brasileiro voltou a crescer no primeiro semestre de 2015. Foram exportadas 115 mil toneladas entre janeiro e maio.

“Temos agora nos cinco primeiros meses um acréscimo de 22% em termos de valores exportados, o que se justifica porque nós tivemos, no final ano passado, uma sobra nas empresas, um estoque bastante significativo”, afirma Iro Schünke, presidente do Sinditabaco.

Para os próximos meses, a expectativa é que o volume de fumo exportado cresça mais 10%. Como 99% do tabaco produzido no Rio Grande do Sul é exportado, os bons resultados no comércio exterior podem ajudar nos resultados da balança comercial gaúcha. Em 2014, o tabaco representou 10% do total das exportações.

Fonte: G1

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2015/07/agricultores-gauchos-sofrem-com-alto-custo-da-producao-de-tabaco.html>

Fumicultores reelegem Benício Werner para a Presidência da Afubra

O Presidente da Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, Benício Werner, foi reeleito para dirigir a entidade durante quatro anos (2015/19). O pleito foi realizado durante reunião ordinária da entidade, no dia 18 de julho, em Santa Cruz do Sul, município sede da associação.

O vice-presidente, Marco Antônio Dorneles, organizador da Expo-Afubra, Romeu Schneider, secretário, e Marcílio Dresher, tesoureiro, completam a nova diretoria.

Em seu histórico, Werner preside a Afubra desde o falecimento de Hainsi Gralow, em março de 2006, e tornou-se representante do Brasil na Associação Internacional dos Produtores de Tabaco (ITGA), como vice-presidente. Com a saída de Harry Dergeer,

Werner se tornou Presidente do ITGA até 2008. No biênio 2012/14, foi eleito vice-presidente da associação internacional.

Em outubro de 2014, Werner participou da comitiva da fumicultura que postulou participar da delegação brasileira durante a Conferência das Partes (COP 6), na Rússia, para restringir possíveis avanços referentes aos artigos 17 e 18 da CQCT.

“Queremos ter certeza de que o Brasil não irá assinar nada que prejudique os nossos fumicultores, e que a delegação brasileira convença os demais países a não restringir o cultivo, e nem criar mecanismos que agridam a prática da livre produção e do livre comércio”, destacou à época.

Fonte: [Porta do Tabaco – Edição: SE-Conicq](http://portaldotabaco.com.br/?p=997)
<http://portaldotabaco.com.br/?p=997>

Fundador do AMPROTABACO é o novo presidente da Câmara Setorial do Tabaco

O prefeito de Venâncio Aires, Airton Artus, e fundador e primeiro presidente da Associação dos Municípios produtores de tabaco, foi eleito por unanimidade presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, grupo técnico ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Artus será o terceiro presidente da entidade e substitui o diretor-secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Romeu Schneider, que presidiu a câmara por nove anos.

A Câmara Setorial do Tabaco tem por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades da cadeia produtiva do tabaco.

Sua atuação, no entanto, vem avançando além das discussões técnicas, e enveredado por intervenções políticas, como o acompanhamento de projetos de lei que versem sobre tabaco, ou mobilizações do setor.

Artus é o atual presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp) e já era integrante da Câmara, representando os prefeitos da região.

A proposta é de manter as ações de divulgação da cadeia produtiva do tabaco, fomentando a importância econômica da planta para a geração de emprego e renda, especialmente nos três estados do sul.

Fonte: [Folha do Mate – Edição: SE-Conicq](http://www.folhadomate.com/noticias/politica/artus-e-eleito-novo-presidente-da-camara-setorial-do-tabaco)
<http://www.folhadomate.com/noticias/politica/artus-e-eleito-novo-presidente-da-camara-setorial-do-tabaco>

COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DE TABACO

Contrabando é tema de Audiência Pública no Rio Grande do Sul

Representantes de diversos setores se reuniram para a audiência pública promovida pela Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, no dia 17 de julho, em Porto Alegre, na sede do Sindicato dos Técnicos Tributários do Rio Grande do Sul (Afocefe).

O encontro teve como objetivo discutir propostas e ações concretas para coibir a entrada em território nacional de mercadorias lesivas à sociedade ou que causem dano à indústria nacional.

Carlos de Martini, presidente da Afocefe, criticou a falta de diálogo entre os órgãos de fiscalização. “Temos que ter ações articuladas permanentes, não apenas a força-tarefa”, propôs, indicando que um dos fatores a ser melhorado é a contratação de mais técnicos responsáveis pelo controle. Segundo ele, há 13 anos não são contratados novos técnicos tributários no Rio Grande do Sul. “Estamos trabalhando no limite”, alertou.

Evandro Guimarães, do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), concorda que é preciso oferecer melhor apoio técnico, operacional e de pessoal para as instituições que combatem o contrabando. Ele defendeu também uma conscientização da sociedade. “É preciso que façamos uma discussão madura. O produto pirata que você adquire hoje é a perda do seu emprego, da saúde e da educação da sua família no futuro”, alertou.

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Edson Brum, concorda que o tema deva ser trabalhado de forma conjunta. “Quando permitimos que o cigarro produzido no Paraguai entre no Estado, permitimos que o emprego na indústria diminua. No caso do tabaco, o maior complexo fabril do mundo está instalado no Vale do Rio Pardo”, apontou.

Ernani Polo, secretário estadual da Agricultura, disse que a discussão vai ao encontro daquilo que o Estado mais precisa nesse momento. “O combate à sonegação é um dos fatores que pode auxiliar na retomada econômica do Estado. Temos uma gama de produtos e setores que acabam sendo prejudicados pela situação. O ajuste da legislação se faz necessário, mas a articulação de esforços é essencial. O Estado é parceiro nesse sentido”, disse.

O presidente da Frente Parlamentar, Efraim Filho, defendeu a integração de esforços. “Não vemos diálogo entre os governos municipal, estadual e federal, bem como entre instituições ligadas à repressão do contrabando. Além disso, percebemos que há uma tolerância ao contrabando, que é cultural. O brasileiro só conhece a superfície do problema e o tolera por não ter a real dimensão do mesmo. Em tempos bons, o percebemos como uma questão residual; mas em tempos de crise, quando precisamos lutar por cada emprego e por cada investimento, ficam mais claros os prejuízos causados”, ponderou.

Efraim ainda falou das propostas que estão sendo defendidas no Congresso. “Estamos trabalhando com três pilares: a apreensão imediata da carteira de habilitação de motoristas que sejam flagrados transportando mercadorias contrabandeadas; a suspensão do CNPJ e da licença do estabelecimento que esteja revendendo produtos contrabandeados; uma campanha de fiscalização e advertência para conscientização da população”, listou.

Iro Schünke, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), e Carlos Galant, diretor executivo da Abifumo, representaram o setor do tabaco, o mais prejudicado com o problema no Brasil. De acordo com estudo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), o cigarro representa 67% dos produtos contrabandeados no País.

Fonte: Portal do Tabaco

<http://portaldotabaco.com.br/?p=994>

MUNDO SEM TABACO

Chile - Senado utiliza CQCT para aprovar lei que regula tabaco

BAT ameaça se retirar do Chile em caso de aprovação da lei

Após o Senado chileno ter aprovado Projeto de Lei que regula o tabaco com base na Convenção-Quadro para o Controle do tabaco, e enviado o projeto para análise da Câmara dos Deputados, a British American Tobacco, recebeu apoio da Sociedade Nacional de Agricultura do Chile, que declarou que a aprovação da lei fará com que a indústria do Tabaco se retire do Chile.

O Líder da SNA, Patricio Crespo, em apoio ao anúncio da tabageira, disse que o alerta da British American Tobacco de deixar o Chile vai trazer prejuízos para a economia e a agricultura familiar que vivem da venda deste produto.

"Eu acho que a empresa reagiu bem na medida em que fechou quase todas as possibilidades de continuar a produzir tabaco", afirmou Crespo.

Coerente com a CQCT, o projeto aprovado visa proteger as pessoas contra os efeitos nocivos do consumo de tabaco, limitando a sua comercialização e fabricação.

A regulação chilena impede a venda de tabaco a menores, o uso de sabores, a proibição de se fazer brinquedos em forma de charutos, multas, a possibilidade de prisão e a criminalização das empresas de tabaco que atentarem contra estes princípios.

Os temas abrangidos pela regulação foram votados separadamente, e em todos os senadores votaram a favor dos dispositivos compatíveis com a CQCT.

Antes da votação, a British American Tobacco anunciou o fim de suas operações no Chile devido ao que considera endurecimento da regulação do tabaco, através do

aumento do tamanho das advertências nas embalagens, e a proibição de aditivos, tais como baunilha e hortelã.

O dirigente da Sociedade Nacional da Agricultura, Patrício Crespo, defendeu a criação de um plano de saúde que atenda a demanda de tabagistas, e reclamou que os agricultores serão prejudicados.

"é claramente um erro e tem que tomar medidas necessárias, como um plano de saúde pública do estado, mas sem necessariamente prejudicar os interesses dos produtores".

Fonte: La Nacion – Edição: SE-Conicq
<http://www.guiademidia.com.br/acessar-o-jornal-internacional.htm?http://www.lanacion.cl/>

Macau – Cassinos pressionam governo por áreas reservadas para tabagistas

Após aprovar a revisão da Lei de Prevenção e Controle do Tabagismo, que proibiu de fumar nos cassinos, o Governo de Macau informou que está aberto a “pensar sobre as salas [de fumo] em sede de especialidade”.

Alexis Tam, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, considera, contudo, que “praticamente não há hipótese” para manter as áreas reservadas, e que a lei entrará em vigor já no início do próximo ano.

O governo de Macau vem mostrando segurança em manter ambientes livres do tabaco mesmo com oposição dos setores turísticos e, sobretudo cassinos, uma das principais fontes de renda do país asiático, de língua portuguesa.

“a posição do Governo no controle do tabagismo é clara e firme e é de extrema importância defender a saúde da população”, afirmou Alexis Tam.

O diretor dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, não acredita que as operadoras de Jogo consigam criar salas de fumo reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde, já que ao longo do tempo, diz, não conseguiram adaptar-se a nova legislação.

“Já tentamos permitir aos cassinos a criação de salas de fumo com melhores condições, mas o resultado não foi nenhum, nem melhoraram as portas das salas como exigimos, portanto, não acredito que eles consigam fazer essas salas serem reconhecidas pela OMS. Pelo ângulo científico, é impossível”, finalizou.

Fonte: Hoje Macau – Edição: SE-Conicq
<http://hojemacau.com.mo/2015/07/13/tabaco-governo-admite-estar-aberto-a-negociacoes-sobre-salas-de-fumo/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e

composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA